

Motivações semânticas e pragmáticas na mudança gramatical

Semantic and pragmatic motivations on grammatical change

Gisele Cássia de Sousa

Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto. São Paulo, Brasil
giselecs@ibilce.unesp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar a influência de fatores semânticos e pragmáticos sobre processos de mudança linguística. O estudo focaliza as orações completivas do português, particularmente a oração introduzida pela conjunção *se*, forma homônima à conjunção que introduz a oração adverbial condicional. Ao rastrear a origem dessa oração completiva do português, a pesquisa busca explicar as razões da identidade formal entre as duas conjunções observada não só em português, mas na maioria das línguas românicas. Com base em registros de filólogos e romanistas, o estudo revela que a similaridade entre as conjunções *se* explica pela etimologia da conjunção integrante *se*, advinda da conjunção latina *si* que substituiu as partículas interrogativas do latim. Conforme se defende no texto, essa substituição teria sido possível graças a propriedades semânticas e pragmáticas compartilhadas por interrogativas e condicionais. Esses significados e funções comuns entre as duas orações mostram, portanto, que a homonímia entre as formas de condicional e de interrogativa indireta nas línguas românicas não é fortuita. A origem em uma oração condicional, que tem significado basicamente hipotético, explica também por que a completiva introduzida por *se* do português não se gramaticaliza do mesmo modo que uma completiva introduzida por *que*. De modo mais amplo, as análises demonstram que fatores de ordem semântica e pragmática podem determinar a trajetória de mudança em que se envolve uma forma linguística. Como conclusão,

o estudo enfatiza a importância de se considerarem aspectos semânticos e pragmáticos, paralelamente a aspectos formais, nas pesquisas sobre mudança linguística.

Palavras-chave: mudança gramatical; motivações semânticas e pragmáticas; orações completivas; gramaticalização.

Abstract: This paper aims to demonstrate the influence of semantic and pragmatic factors on linguistic change processes. The study focuses on complement clauses in the Portuguese language, particularly the one introduced by the conjunction *se* (if/whether), which is the homonym of the conjunction that introduces the conditional clause. By tracking the origin of this complement clause in Portuguese, the research seeks to explain the reasons for formal identity between the two conjunctions *se* observed not only in Portuguese, but also in most Romance languages. Based on statements of philologists and Romanists, this study reveals that the similarity between conjunctions is explained by the etymology of the complementizer *se*, arising from the Latin conjunction *si* that replaced the interrogative particles in Latin. As it is argued in the text, this replacement would have been made possible by semantic and pragmatic properties shared by interrogative and conditional clauses. Therefore, these meanings and common features between the two clauses show that the homonym between forms of conditionals and indirect questions in Romance languages is not fortuitous. The origin of a conditional clause, whose meaning is basically a hypothesis, also explains why the completive clause introduced by *se* in Portuguese is not grammaticalized in the same way as a completive clause introduced by *que* (that). More broadly, the analyses demonstrate that semantic and pragmatic factors can determine a specific trajectory of change to a linguistic form. In conclusion, this study emphasizes the importance of considering semantic and pragmatic aspects, parallel to formal aspects, in researches on language change.

Keywords: grammatical change; semantic and pragmatic motivations; complement clauses; grammaticalization.

Recebido em 29 de julho de 2015.

Aprovado em 28 de agosto de 2015.

1. Introdução

O principal propósito deste artigo é demonstrar o importante papel que fatores de ordem semântica e pragmática desempenham na origem e desenvolvimento de estruturas gramaticais. Com isso, pretende-se salientar que a atuação desses fatores sobre processos de mudança linguística é merecedora de uma atenção maior do que a que, em geral, ela tem recebido atualmente nos estudos sobre a história do português.

As análises realizadas neste trabalho restringem-se a orações completivas finitas introduzidas pelas conjunções *que* e *se* do português, como exemplifica as sentenças em (1a-b). Essa última conjunção é, como se sabe, homônima à conjunção condicional em português, ilustrada em (1c), e é dela derivada no latim conforme será demonstrado adiante.

- (1) a. Eu sei *que* ele vem.
- b. Não sei *se* ele vem.
- c. *Se* ele vier, trataremos do assunto.

O texto encontra-se organizado da seguinte maneira: primeiramente, expõem-se aspectos relativos à origem da origem completiva introduzida por *se* no latim. Em seguida, apontam-se fatores semântico-pragmáticos que teriam impulsionado essa origem e que explicam restrições mais amplas na trajetória de mudança da completiva introduzida por *se* em comparação à oração completiva iniciadas pela conjunção *que*. Ao final, encontram-se expostas as conclusões do trabalho.

2. A mudança de oração condicional a interrogativa

A coincidência entre a conjunção característica da oração adverbial condicional, como em (1c), e a que introduz uma completiva equivalente a uma interrogação indireta, exemplificada em (1b), não se encontra apenas em português. Conforme registram Bourciez (1967), Väänänen (1967), Ernout e Thomas (1972), entre outros romanistas e latinistas, essas duas conjunções têm a mesma forma em grande parte das línguas românicas. Conforme eles apontam, ao invés de simples coincidência ou um caso de homonímia fortuita, nas línguas românicas, a identidade formal entre essas conjunções é resultado de uma inovação da forma latina *sī* que, ao lado da adverbial condicional, passou a marcar as

interrogativas polares indiretamente construídas, substituindo as antigas partículas interrogativas *-ne, nonne, num* e *an*.

A conjunção *si* do latim introduzia três tipos de oração condicional: as chamadas *condicionais reais*, que veiculam uma “condição supostamente preenchida” (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 375); as *condicionais potenciais*, em que a condição é entendida como eventual, ou possível; e as *condicionais irrealis*, cujo conteúdo corresponde a uma situação que se apresenta como “contrária à realidade” (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 376). Para cada um desses três tipos de condicional, empregava-se no latim um determinado tipo de construção, com tempo e modo verbais específicos na oração introduzida por *si* e na oração principal.¹

A construção com a condicional do tipo *real* caracterizava-se pela presença de tempos do indicativo, tanto na condicional quanto na oração principal, como em:²

(2) a. *Si sunt dii, sunt boni.*

Se os deuses existem, eles são bons. (CART et al., 1979, p. 142)

b. *Avaritiam si tollere vultis, mater eius est tollenda luxuries*

(Cic. De Orat. 2, 40).

Se quereis acabar com a avareza, é preciso acabar com o luxo que é origem dela. (FREIRE, 1998, p. 272)

¹ A distinção entre condicionais *reais*, *potenciais* e *irrealis*, conforme a combinação modo-temporal na construção com *si*, é característica do latim clássico. No latim arcaico, os tipos *potencial* e *irreal* não se distinguem e, para ambos os significados condicionais, documenta-se o presente ou o pretérito do subjuntivo, em relação ao presente, e o imperfeito ou o mais-que-perfeito do subjuntivo, em relação ao passado. O latim vulgar, por outro lado, opunha ao tipo *irreal* os tipos *real* e *potencial* conjuntamente, basicamente a partir do emprego de tempos do indicativo tanto para as condições reais quanto para as potenciais e tempos do subjuntivo, especialmente o imperfeito, para as irrealis. Consultem-se, a esse respeito, Ernout & Thomas (1962), Bourciez (1967), Grandgent (1962) e Leão (1961).

² Às construções condicionais *reais* aplicavam-se apenas as exigências do *consecutio modorum*, mas não as do *consecutio temporum*, isto é, os verbos da prótase e da apódose apareciam em quaisquer formas de tempos do indicativo (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 375; LEÃO, 1961, p. 31-2).

Com o presente do subjuntivo tanto na prótase quanto na apódose, formava-se a construção condicional *potencial* ((3a)). Na oração com *si* podia aparecer também o pretérito perfeito do subjuntivo, caso em que a realização da condição se referia a um momento anterior ao da enunciação ((3b)):³

(3) a. *Si me laudet, felix sim.*

Se me louvar, serei feliz.

b. *Si me laudauerit, felix sim.*

Se me tiver louvado, serei feliz. (LEÃO, 1961, p. 32)

Na construção condicional do tipo *irreal*, empregava-se, tanto na prótase quanto na apódose, o imperfeito do subjuntivo, se a irrealidade da condição fosse marcada com relação ao presente ((4a)), e o mais-que-perfeito do subjuntivo, nas construções em que a condição era expressa como uma irrealidade com referência ao passado ((4b)):⁴

(4) a. *Si hoc diceres, errares.*

Se dissesse isto (agora), errarias.

b. *Si hoc dixisses, erravisses.*

Se tivesses dito isto (ontem), terias errado. (FREIRE, 1998, p. 273)

As interrogações marcavam-se em latim por pronomes, advérbios e partículas interrogativas. Os pronomes e advérbios interrogativos, tais como *quis* (“quem”), *cur*, *quamobrem*, *quare* (“por que”), *ut* (“como”) e *ubi*, *quo* (“onde”), introduziam as *interrogações parciais*, com as quais se visa identificar uma parte do enunciado, que pode ser o sujeito (*Quem veio?*), o complemento (*O que ele fez?*) ou uma circunstância (*Quando/por que/como ele veio?*). As partículas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*, por outro lado, assinalavam as *interrogações totais* (ou polares), com as quais se

³ Aplicava-se a esse tipo de construção condicional a concordância dos tempos e dos modos (*consecutio temporum et modorum*). Conforme afirma Leão, “para exprimir a possibilidade da condição, não há outros esquemas fora desses dois” (LEÃO, 1961, p.32).

⁴ Também para esse tipo de construção condicional se observam as exigências do *consecutio temporum et modorum* (ERNOUT & THOMAS, 1972; LEÃO, 1961).

indaga sobre a verdade/falsidade da relação entre o sujeito e o predicado da sentença e, assim, sobre a verdade/falsidade do enunciado como um todo (*Ele veio?*) (ERNOUT & THOMAS, 1972).

Ao emprego de cada uma das diferentes partículas marcadoras das interrogativas polares no latim, associava-se a expressão de julgamentos do falante sobre a verdade/falsidade do conteúdo da oração interrogativa. A partícula enclítica *-ne* era a única neutra nesse sentido, isto é, a interrogação com *-ne* expressava apenas que o falante ignorava por completo se o conteúdo de sua indagação era verdadeiro ou falso e, portanto, indicava que o falante não tinha nenhuma expectativa em obter do ouvinte uma resposta afirmativa ou negativa, conforme exemplifica a interrogativa em (5):

(5) *Videsne illam urbem?* (Cic. *Rep.* 6, 6)

Vês aquela cidade? (FREIRE, 1998, p. 252)

A partícula *nonne*, criada a partir da adjunção de *-ne* à palavra negativa *non*, indicava que o falante acreditava na verdade do conteúdo expresso na oração interrogativa e, assim, que esperava do ouvinte uma resposta afirmativa à sua pergunta, como mostra (6):

(6) *Quid? Canis nonne similis lupo?* (Cic., *N. D.* I, 97)

O quê? O cão não se parece com o lobo?

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 158)

Interrogações construídas com *num*, por outro lado, expressavam a crença do falante na falsidade do conteúdo da oração interrogativa e, conseqüentemente, sua expectativa de que a resposta do ouvinte fosse negativa, como no exemplo em (7):

(7) *num ... barbarorum Romulus rex fui?* (Cic., *Rep.* I, 58)

Rômulo foi um rei de bárbaros? (ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 158)

A partícula *an* tinha sentido dubitativo e indicava incerteza do falante quanto à verdade ou falsidade do conteúdo de sua indagação. As interrogativas que se construíam com *an* não pressupunham, portanto, resposta nem afirmativa nem negativa, como mostra a construção em (8):

- (8) *An invidiam posteritatis times?* (Cic., *Cat.* 1, 11)

Acaso temes o ódio dos vindouros? (FREIRE, 1998, p. 252)

Conforme atestam Ernout & Thomas (1972), o emprego dessas partículas para marcar orações interrogativas indiretamente construídas não se dava com a mesma regularidade com que elas eram empregadas nas interrogações diretas do latim. Ao contrário, nas interrogativas indiretas, essas partículas eram muitas vezes usadas indistintamente, ou com valores diversos do que tinham nas interrogativas diretas. Um exemplo, citado por Ernout & Thomas, é o emprego da partícula *num*. Conforme demonstram esses autores, mesmo na prosa literária clássica, não são raras construções em que *num* não se distingue de *-ne*, marcando uma interrogativa indireta que não expressa a expectativa do falante em obter, para a sua pergunta, uma resposta negativa, como mostra (9):

- (9) *uelim... alicui des negotium qui quaerat numquis Q. Staberii fundus sit uenalis* (Cic., *At.* 13, 8).

Eu gostaria que você encarregasse alguém de se informar se não há alguma propriedade de Q. Staberius à venda.

(ERNOUT & THOMAS, 1972, p. 316)

A variabilidade no emprego das partículas interrogativas e a falta de correspondência entre seu funcionamento nas construções diretas e indiretas dotaram de grande complexidade o sistema das interrogativas no latim clássico. As mudanças que ocorreram nessas construções responderam, assim, conforme também consideram Ernout & Thomas (1972), a uma necessidade de simplificação, o que pode ser apontado como uma importante razão pragmática motivadora da mudança ocorrida no sistema das interrogações indiretas do latim.

A forma de construção das interrogativas empregada no latim vulgar atendia a essa necessidade. As partículas interrogativas do latim clássico não eram empregadas nas interrogações, nem diretas nem indiretas, do latim vulgar.

Para marcar a interrogativa direta no latim vulgar, aplicava-se apenas entonação ascendente à construção, traço que, no latim clássico, era aplicado a interrogativas diretas adicionalmente às partículas interrogativas. Assim, uma interrogativa que no latim clássico se construía

como *venit-ne pater?*, no latim vulgar encontrava-se como *venit pater?* (BOURCIEZ, 1967).

Nas construções interrogativas indiretas, em vez das partículas interrogativas, o latim vulgar empregava a antiga conjunção condicional *si*, conforme demonstram Maurer Jr. (1959), Grandgent (1962), Väänänen (1967), Bourciez (1967), Ernout & Thomas (1972) Said Ali (1966) e Câmara Jr. (1975). Daí origina-se, como também consideram esses autores, a oração completiva introduzida por *se* do português. As sentenças em (10) e (11) são dadas por Maurer Jr. (1959) e por Väänänen (1967) como exemplos da substituição das partículas interrogativas por *si*-condicional no latim:

(10) a. *Interrogabat eum, si iam defunctus esset.*

Ele perguntava se ele já estava morto.

b. *Si peccator est, nescio.*

Se ele é pecador, não sei. (MAURER JR., 1959, p. 219)

(11) a. *dic mihi, si umquam in bello fuisti.*

dize-me se alguma vez estiveste na guerra.

b. *ad superos dicite, si merui.*

dizei aos deuses se mereci. (VÄÄNÄNEN, 1967, p. 176)

Note-se que as construções em (10) e (11) mantêm propriedades típicas de construções condicionais. A oração interrogativa, nesses exemplos, é separada de sua oração principal por uma pausa, o que não ocorre quando ela se constrói em sua forma clássica, introduzida por uma das partículas interrogativas (cf. (9)), mas ocorre nas construções em que *si* introduz uma oração adverbial condicional (cf. os exemplos de (2) a (4)). Além disso, observe-se, em (10b), a anteposição da oração interrogativa com *si* à sua principal. Contrariamente à tendência no latim vulgar de se colocar o complemento após o verbo cujo sentido ele completa (MAURER JR., 1959), a oração interrogativa assume, nesse caso, posição que, por motivação icônica, é a preferida para a colocação das orações condicionais (GREENBERG, 1963; HAIMAN, 1978).

As semelhanças entre a oração interrogativa indireta marcada por *si* e a oração condicional já no latim vulgar não se restringem,

entretanto, a aspectos formais. Podem-se observar, entre essas orações, similaridades também no que diz respeito aos significados que elas expressam. Esses significados comuns a interrogativas e condicionais são os que, no processo de mudança, podem ter motivado a eleição da conjunção *si*, e não de uma outra forma qualquer, para substituir as partículas interrogativas, conforme se pretende demonstrar na seção seguinte deste artigo.⁵

3. Motivações semântico-pragmáticas

A substituição das partículas interrogativas latinas pela conjunção condicional *si* no latim vulgar pode explicar por que, assim como em português, a oração interrogativa polar indireta é introduzida pela mesma conjunção que introduz a oração condicional em línguas como o francês (*dis-moi si tu es Romain*), o espanhol (*díme si Romano eres*) e o italiano (*dimmi se Romano sei*) (BOURCIEZ, 1967). Similaridades entre a forma de uma oração interrogativa polar e a de uma condicional são notadas, entretanto, não apenas em línguas românicas. Algumas línguas não-românicas em que se marcam orações interrogativas polares e orações condicionais de uma mesma forma ou de forma muito similar são:

- a) Inglês: em orações que funcionam como complemento objetivo, o complementizador interrogativo *whether* pode ser substituído pela conjunção condicional *if* (e.g. *I don't know whether/if he's at home*) (HAIMAN, 1974, 1978; BOLINGER, 1978; NAKAJIMA, 1996).
- b) Russo: a forma do complementizador interrogativo é *li*, e a conjunção condicional tem a forma *esli*, derivada de duas palavras: *est* 'ser (3sg)' e *li* 'se-interrogativo' (HAIMAN, 1974, 1978). A conjunção *esli* traduz-se literalmente por "se é o caso que" (VASMER, 1953, apud HAIMAN, 1974, p. 356).

⁵ Conforme observam Ferguson et al. (1986), em diferentes línguas, estruturas condicionais mantêm estreita relação sintática e etimológica, além de com as interrogativas, com sentenças desiderativas, marcadores de modalidade e de imperativo, bem como com orações adverbiais temporais, causais e concessivas.

- c) Turco: a partícula enclítica *mI*, que marca questões polares diretas, pode ocorrer junto ao verbo da prótase condicional, em lugar do morfema condicional *sE*⁶ (LEWIS, 1967, apud HAIMAN, 1974, p. 356).
- d) Hua: as prótases condicionais são marcadas, em geral, por *-mamo*, mas não raro elas se constroem na forma de interrogativas polares, com a partícula interrogativa *-ve* (HAIMAN, 1978, p. 570).
- e) Tzotzil maia: a marcador de questões polares *mi* é equivalente a *mi*, conjunção condicional (COWAN, 1969, apud HAIMAN, 1978).
- f) Alemão: o complementizador interrogativo *ob* é cognato da conjunção condicional inglesa *if* (HAIMAN, 1978; TRAUGOTT, 1985).
- g) Tagalog: as interrogativas indiretas são todas introduzidas pelo complementizador *kung*, equivalente a uma conjunção condicional (SCHACHTER & OTANES, 1972, apud HAIMAN, 1978).
- h) Algumas línguas chadic: em hausa, a partícula *ko*, própria de interrogativas polares, também serve para formar orações condicionais; e, em mupun, *ket*, complementizador em interrogativas polares indiretas, é também um marcador de oração condicional (FRAJZYNGIER, 1996).
- i) Língua de sinais americana: as interrogativas polares são marcadas pelo alçamento das sobrancelhas. Essa mesma estratégia pode ser empregada para marcar prótases condicionais, alternativamente ao sinal para *se*. Assim, em uma construção como “se chover amanhã, eu ficarei em casa”, a oração condicional pode ser marcada pelo sinal correspondente a *se*, mas uma alternativa é elevar as sobrancelhas e assinalar apenas “choverá amanhã” (HARRIS & CAMPBELL, 1995).

⁶ A caixa-alta nas letras E e I designa especificação incompleta dos arquifonemas cujos valores fonéticos são determinados por leis gerais de harmonia vocálica (HAIMAN, 1974).

A estreita relação entre a expressão de interrogativas polares e de condicionais nas línguas citadas poderia ser explicada simplesmente pelo reconhecimento de que as formas de interrogativas e de condicionais são polissêmicas nessas línguas. Conforme observa Haiman (1974), entretanto:

Se uma palavra é polissêmica em uma língua, pode-se tender, ou ser forçado, a considerar seus vários significados como coincidentes; se uma palavra correspondente em outra língua exibe a mesma polissemia, ou polissemia muito paralela, isso se torna uma coincidência extremamente interessante; se há a mesma polissemia em quatro, cinco, ou sete línguas não relacionadas geneticamente, por lei estatística isso definitivamente deixa de ser uma coincidência.⁷ (HAIMAN, 1974, p. 341)

O argumento de Haiman é, assim, que, excluída a possibilidade de o comportamento de uma forma polissêmica ser “obra do acaso”, deverá haver uma base semântica comum entre as categorias que a forma polissêmica representa; caso contrário, não se justificaria a existência de polissemias de um mesmo tipo em línguas completamente diferentes.

Entre uma oração condicional e uma interrogativa polar, essa base semântica comum existe e tem sido proposta por alguns autores, como explicação para similaridades observadas sincronicamente entre as duas formas .

Jespersen (1940) sugeriu que a relação semântica entre condicionais e interrogativas polares se deve ao fato de que orações condicionais são interrogações com respostas positivas implicadas, conforme exemplifica (12b) abaixo, paráfrase da condicional em (12a).

(12) a. Se ele está vindo, então eu ficarei.

If he is coming, then I will stay.

⁷ No original: “If a word exhibits polysemy in one language, one may be inclined, or forced, to dismiss its various meanings as coincidental; if a corresponding word in another language exhibits the same, or closely parallel polysemy, it becomes an extremely interesting coincidence; if it displays the same polysemy in four, five, or seven genetically unrelated languages, by statistical law it ceases to be a coincidence at all.”

b. Ele está vindo? (Sim.) Bem, então eu ficarei.

Is he coming? (Yes.) Well then, I will stay.

(JESPERSEN, 1940, apud HAIMAN, 1978, p. 571)

Haiman (1978) nota, entretanto, que a possibilidade de prótases condicionais serem parafraseadas por uma oração interrogativa não constitui, em si, uma explicação. Para ele, a similaridade entre condicionais e interrogativas polares explica-se a partir da propriedade que as prótases condicionais têm de se constituírem tópicos das construções em que ocorrem. O ponto da análise de Jespersen (1940) que, segundo Haiman, possibilita a explicação é que a construção condicional de (12) pode ser entendida como resultado de uma miniconversaçoão entre dois participantes, conforme mostrado em (13):

(13) A: Ele está vindo?

B: Sim.

A: Bem, então eu ficarei. (HAIMAN, 1978, p. 571)

Ao expressar a pergunta, o falante A pretende buscar o consentimento de B para a validade da proposição “*ele está vindo*”. Uma vez obtido o consentimento (em geral, pelo silêncio do ouvinte), a contraparte declarativa da proposição (*ele está vindo*) torna-se informação partilhada entre os interlocutores e serve, assim, como um *dado*, um tópico para a declaração posterior (*bem, então eu ficarei*). Similarmente, como mostra a paráfrase em (12b), uma vez que a proposição veiculada em uma prótase condicional tem o consentimento do interlocutor, ela se torna um tópico com relação à informação veiculada na apódose.

Observe-se que essa explicação de Haiman tem caráter mais pragmático-discursivo do que propriamente semântico. Uma explicação de natureza semântica, entretanto, também foi dada por Haiman, em texto de 1974. Ele afirma que a disjunção é o traço semântico que une condicionais e interrogativas, pelo qual, portanto, se explicam as similaridades formais existentes entre elas. Conforme o autor aponta, uma interrogativa polar sempre expressa, implícita ou explicitamente, uma disjunção entre duas possibilidades. A interrogação em (14a) é, assim, segundo Haiman, uma forma elíptica de (14b):

(14) a. Max está vindo?

Is Max coming?

b. Max está vindo ou não?

Is Max coming or isn't he? (HAIMAN, 1974, p. 355)

Haiman afirma que, no significado de prótases condicionais, também há uma disjunção implícita. Conforme essa análise, em uma construção como *Se João vier, nós nos divertiremos*, a possibilidade da vinda de João, expressa na prótase condicional, está implicitamente em oposição à possibilidade, igualmente provável, de que João não venha. Ao expressar a construção, o falante afirma que apenas um dos disjuntos (a vinda de João) é relevante, ou compatível com o resultado expresso na apódose, mas a outra parte da disjunção (a não vinda de João) permanece implícita.

Uma explicação semelhante a essa de Haiman é proposta por Traugott (1985). Para a autora, interrogativas polares e condicionais são semelhantes porque ambas se relacionam a *mundos possíveis*.⁸ Conforme Traugott observa, as situações hipotéticas que as condicionais veiculam são sempre pertencentes a mundos possíveis imaginários. Interrogativas polares, nesse sentido, também envolvem mundos possíveis em seu significado porque elas são indagações sobre mundos possíveis alternativos (*sim* ou *não*). Assim, uma pergunta do tipo “quero saber se ela chegará logo” equivale a “o mundo em que ela chegará logo é (ou não) o mundo real?” (TRAUGOTT, 1985, p. 294).

Outra propriedade comum a interrogativas polares e condicionais que pode ser apontada, com base em Givón (1995), é a expressão de incerteza epistêmica. Em sua discussão sobre as formas de manifestação da modalidade *irrealis* em diferentes línguas, Givón demonstra que tanto orações condicionais quanto interrogativas polares fundamentam-se na incerteza epistêmica do falante e são, por isso, contextos gramaticais próprios à manifestação de modalidade *irrealis*.

Bolinger (1978), por fim, considera que, do ponto de vista semântico, interrogativas polares são, na verdade, hipóteses, que o

⁸ Essa propriedade de se relacionar a mundos possíveis *irrealis*, comum a condicionais e interrogativas, explica, segundo Traugott (1985), por que interrogativas também podem constituir fonte para o desenvolvimento de condicionais.

falante apresenta para que sejam confirmadas, contraditas, ou retificadas em algum ponto pelo interlocutor. O autor, citando Diver (1964), chega, portanto, a considerar que:

Sentenças interrogativas são chamadas interrogações provavelmente porque elas constituem pedidos de informação, mas em termos da oposição entre hipotético e real, os eventos referidos são claramente hipotéticos. A principal diferença formal entre uma oração interrogativa polar indireta e uma condicional é a presença ou a ausência de uma apódose. A oração subordinada apresenta uma declaração hipotética; na presença de uma declaração de consequência, a declaração hipotética é interpretada como uma condição; na ausência, ela é interpretada como um pedido de informação.⁹ (DIVER, 1964, p. 341, apud BOLINGER, 1978, p. 105)

No quadro a seguir, encontram-se sintetizadas as propriedades que, conforme se buscou demonstrar até aqui, orações condicionais e interrogativas polares têm em comum.

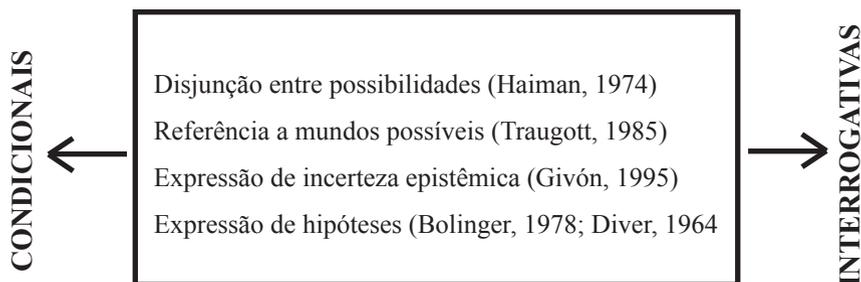


Figura 1: Propriedades comuns a interrogativas polares e orações condicionais

⁹ No original: “The sentences are called questions presumably because they constitute requests for information, but in terms of the opposition of hypothetical to actual, the events referred to are clearly hypothetical... The principal formal difference is the presence or absence of an apodosis. The archi-modal provides a hypothetical statement; in the presence of a statement of consequence, the former is interpreted as a condition; in the absence of such a statement, it is interpreted as a request for information.”

Pode-se, agora, voltar à observação feita por Haiman (1974) sobre a explicação para a existência de polissemias de um mesmo tipo em línguas não relacionadas para dizer que, no que tange a interrogativas polares e condicionais, o conjunto de propriedades representado na Figura 1 pode ser referido como a base semântico-pragmática que explica a estreita similaridade entre as formas de expressão dessas categorias em línguas completamente distintas. Ao mesmo tempo, a existência desse conjunto de propriedades semânticas e pragmáticas comuns aos dois tipos de oração permite explicar por que, no latim vulgar, a conjunção representativa da oração condicional, e não uma outra forma qualquer, foi eleita para substituir as partículas interrogativas *-ne*, *nonne*, *num* e *an*, dando origem à completiva introduzida por *se* do português.

Um último efeito da estreita relação semântico-pragmática entre condicionais e interrogativas sobre a estrutura da completiva introduzida por *se* do português encontra-se na forma como essa oração pode se gramaticalizar, integrando-se à oração matriz com que ela ocorre. Conforme demonstrado em Sousa (2007, 2010, 2012), diferentemente do que pode ocorrer a um complemento oracional introduzido por *que*, uma completiva introduzida por *se* ao se integrar à oração matriz, em um processo de gramaticalização, não perde seus traços de oração finita porque não se reduz a um constituinte simples (não-oracional) pertencente aos domínios da oração matriz. Conforme propõem Hopper & Traugott (1993) e Lehmann (1988), uma oração completiva introduzida pela conjunção *que* pode, em um processo de gramaticalização, integrar-se à matriz perdendo traços de seu estatuto oracional, isto é, se dessentencializando e reduzindo-se a um constituinte não-oracional, como ilustram as construções em (15a-c):

(15) a. Os meninos viram *que a bomba explodiu*.

gramaticalização, - dessentencialização

b. Os meninos viram *a bomba explodir*.

+ gramaticalização, + dessentencialização

c. Os meninos viram *a explosão da bomba*.

+ gramaticalização, nominalização

De modo diferente, na gramaticalização/integração de uma completiva introduzida por *se*, apenas o complementizador *se* passa a integrar a estrutura da oração matriz, formando com ela marcadores gramaticais de diferentes tipos, todos com alguma nuance de hipoteticidade/irrealidade, implicada no próprio *se*. Um desses marcadores em português, descrito em Sousa (2007), é *veja se/ vê se*, ilustrado pelas ocorrências em (16).¹⁰

(16) a. Sampaio: - Não há como ser subdelegado lá fora! Faz-se o que se quer, e mais alguma coisa!

Chica Valsa: - Seu Sampaio, *veja se* fala de outra coisa. Não há mais assunto para a conversa senão a sua subdelegacia?

b. Quando fores a S. Paulo *vê se* paga o imposto do capital do nosso negócio.

Observe-se que, no caso da oração com *se*, a máxima integração entre completiva e matriz, refletida, por exemplo, pela identidade dos referentes sujeitos nas duas orações, não resulta na expressão da completiva em uma forma não-finita, como pode ocorrer a uma oração declarativa com *que*. Ocorre apenas que a conjunção *se* passa a compor com o verbo *ver* no imperativo (*veja*, *vê*) uma espécie de fórmula (*veja se*, *vê se*) que atenua a ilocução imperativa da oração. Pragmaticamente, um ato de fala imperativo modificado por *veja se / vê se* permite que, ao expressar a injunção, o falante se mostre mais delicado, porque menos impositivo, frente ao interlocutor, como se pode observar a partir das construções em (16'), paráfrases das ocorrências de (16).

(16') a. *Vêja se* fala de outra coisa. / *Fale* de outra coisa.

b. *Vê se* paga o imposto do capital do nosso negócio. / *Pague* o imposto do capital do nosso negócio.

Com a oração completiva introduzida por *se* do português ocorre, portanto, que, em vez de toda a oração se dessentencializar, passando a

¹⁰ As ocorrências foram extraídas do “Corpus de Língua Escrita do Brasil”, sediado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Araraquara.

integrar a oração matriz na forma de um constituinte simples, apenas a conjunção *se* é reanalisada como parte da oração matriz. A razão dessa diferença na forma de gramaticalização da completiva com *se* está justamente no significado hipotético dessa oração, herança, conforme foi demonstrado, da condicional de que ela se origina. Observe-se que, mesmo em construções diferentes das anteriores, com *veja se/vê se*, a integração total da completiva com *se* à matriz e, portanto, sua total dessentencialização parece mesmo improvável:

- (17) Os meninos não sabem *se a bomba explodiu*. ⇔ ?Os meninos não sabem *a bomba explodir*.

A redução da completiva com *se* à forma não-finita parece impossível principalmente porque, em razão de seu significado hipotético, ela não satisfaz a pré-condição cognitiva que, conforme apontam Lehmann (1988) e Givón (1990, 1995), acompanha a integração de orações: a de que dois eventos antes percebidos como distintos e individualizados passem a ser concebidos como um só evento, ainda que complexo. Porque é derivada da oração condicional, a completiva com *se* sempre veicula um conteúdo que *pode ser*, mas que *nunca é*, verdadeiro ou falso, afirmativo ou negativo, o que equivale a dizer que os conteúdos expressos nessa oração nunca constituem realidades instauradas, eventos, constituídos como tais, que possam ser percebidos como integrados ao evento na matriz e que sejam capazes de, cognitivamente, formar com ele um só evento complexo.

5. Conclusões

A análise que se apresenta neste texto a respeito da origem da oração completiva marcada pela conjunção *se* em português aponta para a influência de fatores de ordem semântico-cognitiva sobre fenômenos de mudança linguística. Essa influência se mostra tanto em termos de etimologia da oração – quando ocorre a substituição das partículas interrogativas do latim pela conjunção condicional *si* – quanto no que diz respeito ao modo particular de gramaticalização da completiva com *se* em comparação à completiva com *que*.

Os resultados deste estudo constituem, portanto, evidência acerca da forte atuação de fatores funcionais, de ordem semântica, cognitiva

e pragmática, sobre a ocorrência de mudanças sintáticas de modo geral e, particularmente, sobre a gramaticalização de orações. De modo mais amplo, com esses resultados, fica evidenciada a importância de que, para além dos aspectos formais, aspectos relativos ao significado geral das estruturas em estudo sejam levados em conta, pelo menos com maior ênfase do que tem se tem feito em geral nos estudos sobre mudança gramatical do português.

Referências

- BOLINGER, D. Yes-no questions are not alternative questions. In: HIŽ, H. (Ed.) *Questions*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1978. p. 87-105.
- BOURCIEZ, E. *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck, 1967.
- CÂMARA JR. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- CART, A. *et al. Gramática latina*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COWAN, M. *Tzotzil grammar*. Norman: Summer Institute of Linguistic of the University of Oklahoma, 1969.
- DIVER, W. The modal system of the English verb. *Word*, n. 20, p. 322-352, 1964.
- ERNOUT, A. S. & THOMAS, F. *Syntaxe Latine*. Paris: Klincksieck, 1972.
- FERGUSON, C. A. *et al. Overview*. In: TRAUOGOTT, E. C. *et al. On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 3-20.
- FRAJZYNGIER, Z. *Grammaticalization of the complex sentence: a case study in Chadic*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.
- FREIRE, A. *Gramática latina*. 6. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, 1998.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990. Vol. II.
- GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Revista de Filología Española, 1962.
- GREENBERG, J. H. Some universals of language with special reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of language*. Cambridge: MIT Press, 1963. p. 73-113.
- HAIMAN, J. Conditional are topics. *Language*, v. 54, p. 564-589, 1978.
- HAIMAN, J. Concessives, conditionals, and verbs of volition. *Foundations of Language*, v. 11, 1974. p. 341-359.
- HARRIS, A. C. & CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JESPERSEN, O. *A modern English grammar on historical principles*. London: George Allen & Unwin, 1940. V: Syntax.
- LEÃO, A. T. V. O período hipotético iniciado por *se*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1961.
- LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 275-330.
- LEWIS, G. L. *Turkish grammar*. Oxford: Clarendon Press, 1967.
- MAURER JR., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- NAKAJIMA, H. Complementizer selection. *The Linguistic Review*, v. 13, 1996, p. 143-164.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Melhoramentos, 1966.
- SCHACHTER, P. & OTANES, F. *Tagalog reference grammar*. Berkeley: University of California Press, 1972.

SOUSA, G. C. História de uma completiva: origem e desenvolvimento do complemento oracional introduzido por “se” do português. *Alfa*, Araraquara, v. 56, n. 1, p. 81-107, 2012.

SOUSA, G. C. Gramática e gramaticalização de construções completivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *As interfaces da gramática* Araraquara: Cultura Acadêmica, 2010. (Trilhas Linguísticas, 18). p. 231-244.

SOUSA, G. C. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*, 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

TRAUGOTT, E. C. Conditional markers. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 289-307.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos, 1967.

VASMER, M. *Russisches etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg: Carl Winter, 1953. Vol. I.